
JAIR BOLSONARO: DEMOCRACIA E AUTORITARISMO NO BRASIL

Caio César Gonçalves de Souza¹

Resumo

O presente artigo é fruto de reflexões acerca do estudo da democracia, (neo)fascismo e autoritarismo no mundo, em especial no Brasil no pós-2013. Para o desenvolvimento do texto, utiliza-se de teóricos da área das Ciências Humanas, para compreendermos as ideias de democracia liberal e o ultra-liberalismo, e as características e princípios de um fascismo atualizado que se pode estar em reprodução no Brasil atual. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos vai caracterizar a história democrática do Brasil com fluxos e refluxos, com uma democracia meramente formal, eleitoral e representativa, que tende a reafirmar o poder e os interesses do privilegiados e hegemônicos, burocratizando a participação popular e interesses de classes e grupos subalternos. A partir dessas premissas, seguimos analisando o nosso Estado democrático, em especial, nos três anos e oito meses primeiros do governo Bolsonaro. Utiliza-se do método qualitativo em um levantamento bibliográfico, onde baseia-se as interpretações e construções teóricas acerca dos conceitos aqui desenvolvidos.

Palavras-chave: Autoritarismo; Jair Bolsonaro; Democracia; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Com o decorrer do terceiro ano (2022) do governo Bolsonaro no Brasil, durante a pior pandemia da história nacional (e internacional), uma das principais perguntas que se faz é: como está a democracia brasileira no atual governo?

As democracias no século XXI não são mais esgarçadas com um repentino golpe civil-militar, com tanques e soldados nas ruas de uma noite para o dia. Não, em poucos casos ainda são assim na América Latina. Contudo, na contemporaneidade percebe-se que ataques às instituições que mantêm a democracia ativa são recorrentes, corroendo assim mecanismos de freios e contrapesos, anunciando para parcelas da sociedade que, os problemas reais de suas vidas são construídos por instituições que servem e mantêm o regime democrático, colocando este em uma situação de descarte possível, desde que outras demandas da vida das pessoas possam ser resolvidas, como: aumento real no salário mínimo, diminuição de impostos para setores mais proletarizados, taxas de água e luz, além de controle de pautas sociais, culturais e de direitos que estas parcelas sociais enxergam como afrontas

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade da Beira Interior, e-mail: caiocesarfelix3@yahoo.com.br, ORCID: orcid.org/0000-0002-3931-7289.

ao seu campo moral, religioso e ético. Assim, servindo para deslegitimar a democracia perante a sociedade, para mais à frente outro modelo ser gestado, como ocorrem em países como Nicarágua, Hungria, Turquia, Bielorrússia entre outros nos dias atuais. Debruçar-se nesse manuscrito em traçar um levantamento bibliográfico e externalizar análises acerca de conceitos e análises que giram em torno da democracia, do autoritarismo, neofascismo, entre outras categorias de análise de uma conjuntura permeada de elementos à serem estudados por pesquisadores das Ciências Humanas, em especial da Ciência Política.

Importante salientar que não parece honesto intelectualmente afirmar que as experiências de autoritarismo, discriminações e preconceitos com aqueles que estão fora dos padrões societários impostos à sociedade brasileira por séculos, foi estabelecida a partir de 2019. Não, a estrada é longa no campo das negações dos direitos de autonomia dos povos. Deste modo se pensarmos o genocídio físico dos povos originários e suas culturas e crenças, passando pelo processo escravocrata e no seu pós-abolição oficial - que abandonou milhões de negros e negras a sua própria sorte -, teremos essa compreensão da longevidade de práticas culturais, políticas e sociais que remetem ao esvaziamento da capacidade do Estado e da sociedade nacional fortalecer sua democracia, garantir direitos e vida digna à população brasileira.

Nesse sentido, a morte da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL – Partido Socialista e Liberdade), cometido por membros da milícia daquele Estado²; o genocídio histórico das juventudes negras; o extermínio de populações indígenas e o desemprego alarmante entre as mulheres e os homens pobres e negros, entre tantos outros exemplos que nos demonstra o quão a execução da Constituição brasileira está distante de boa parcela da população, e o Estado e seus mecanismos de participação social e acolhimentos de demandas que estas participações por ventura poderiam apresentar aos poderes públicos, se remonta há séculos atrás. Então, o estado de autoritarismo e elitismo não começa em 2019 - pois já tivemos estes fenômenos em outros momentos do país – mas, pode-se visualizar um aprofundamento extraordinário a partir daquele ano.

Todo o sentimento de supremacistas raciais, de gênero, político, culturais, econômicos, religiosos e territoriais ampliado pela satisfação menor e pueril em relação a importância de valores e princípios republicanos e democráticos, que por décadas foram construídos por muitas mãos, teve nesses últimos oito anos uma disputa de narrativa e legitimidade muito grande, em toda a sociedade, principalmente nos setores ligados ao campo político, institucional e ideológico.

² OLIVEIRA, Isabela da Silva de; SANTOS, José Eduardo Lourenço dos. A coautoria do estado no crime organizado e o caso Marielle Franco. 2021. Disponível em: www.aberto.univem.edu.br Acesso em: 30 de maio de 2022.

O atual presidente ascende desse movimento de negação dos princípios progressistas e arejados, misturado com o caldo de cultura que permeava e permeia o nosso tecido social acerca de problemas históricos que acometem boa parcela da população nos campos da saúde, educação, segurança pública, emprego e renda, pautas de costumes/cultural/direitos, entre outros, que tem no então candidato a presidência da República em 2018, como legítimo defensor do Estado armado, defensor dos interesses de grupos religiosos majoritários e historicamente legitimados, com um discurso de a ‘toque de caixa’ resolver a questão da violência pública, negar os direitos às pessoas LGBTQIA+, disputas entre modelos socioeconômicos existentes no mundo, elementos relacionados ao crime organizado, entre outros aspectos que sempre fizeram parte do imaginário social, mas que em 2018 isso estava elevada a um altíssimo patamar.

2. METODOLOGIA

O presente artigo foi estruturado numa metodologia de pesquisa qualitativa, como técnica de investigação o referencial bibliográfico, e, a pesquisa acerca da revisão de literatura das produções acadêmicas e científicas dos conceitos de democracia, fascismo, (neo)fascismo e autotarismo no Brasil durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Conforme Ludke e André (1986), “para a realização de uma pesquisa é preciso promover um confronto entre dados, evidências, informações coletadas e o conhecimento teórico acumulado a respeito, podendo verificar a constituição de uma porção do saber como resultado desse processo.”

O processo da utilização da abordagem qualitativa dá-se pelo pesquisador que procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos baseados nas ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, embora use essa representatividade como argumento em seus estudos (Santos, 2017).

Existe aqui um processo em analisar os dados de forma indutiva. Os conceitos são construídos a partir dos dados que são recolhidos e agrupados, de forma que eles não são obtidos com o objetivo de confirmar ou não hipóteses construídas previamente.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2010 apud Martins; Ramos, 2013, p. 10), “busca questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado”. Acrescenta também a autora que ela age com base em

significados, razões, desejos, crenças, valores, atitudes e outras características subjetivas próprias do ser humano que não podem ser limitadas a variáveis numéricas.

E é dessa forma que investigamos, agrupamos dados e informações sobre o Brasil e suas instituições políticas desde 2013 em especial, e como diversos autores avaliavam a real situação da democracia no Brasil no presente governo; claro, imprimindo também reflexões próprias a partir das pesquisas realizadas para a elaboração da tese de doutorado em Ciência Política que estou a realizar, com o tema: qualidade da democracia no governo Jair Bolsonaro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. *Breves análises sobre a Democracia na atualidade*

Os últimos 35 anos têm-se caracterizado como um dos períodos mais longevos da democracia brasileira. Depois de alguns processos de ruptura democrática desde 1889 com a Proclamação da República, conseguimos estabilizar institucionalmente de forma regular a Constituição de Federal de 1988, a garantia do sistema presidencialista, as duas Casas de representação parlamentar federal, Ministério Público independente, o voto direto e secreto para escolhas de seus representantes, entre outras conquistas republicanas e democráticas.

Percebe-se que citamos até o momento elementos da democracia representativa, formal e indireta. E a partir desse ponto que Boaventura de Sousa Santos (2008) caracteriza a nossa democracia como de baixa intensidade. Isso, pois, a mesma se caracteriza por um conjunto de regras, formas, ritos, rituais e procedimentos, mas sem uma efetiva participação popular, exceto em períodos eleitorais.

Santos (2008) então indaga sobre os termos da representação acerca das diferenças existentes em nossa sociedade, ao tocante as questões sociais, econômicas, étnicas, culturais, territoriais e religiosas, por exemplo, para as populações e grupos minoritários. Até por que, a democracia ela faz valer a vontade da maioria, mas tem uma premissa básica que é o respeito às minorias sociais e políticas.

Quando se fala em democracia em Boaventura de Sousa Santos, percebe-se um volume maior de questionamentos e perguntas do que respostas. Isso por conta da dificuldade que o autor nos apresenta na coleta de respostas universalizantes para problemáticas tão complexas e diversas.

Alguns questionamentos devem remeter para as possíveis alternativas democráticas numa perspectiva de alta intensidade. Experimentamos hoje uma democracia representativa, formal, a qual tende a reafirmar o poder e os interesses de atores hegemônicos, pois burocratiza a participação, privilegia interesses políticos partidários e principalmente desconsidera interesses dos grupos e classes subalternas. Essa democracia tende a desconsiderar os conflitos sociais, as contradições econômicas e políticas. Para o fortalecimento da democracia e a criação de uma democracia de alta intensidade, é necessário que o sistema político assegure a participação popular, através de mecanismos da democracia participativa. Uma democracia efetiva não é criada por determinações de alguns e nem por decretos. Não existem alternativas rápidas e eficazes para que se possa, conforme Boaventura Sousa Santos, ‘democratizar a democracia’. Cabe, no entanto, questionar: quais são os elementos necessários para avançar na direção de uma democracia de alta intensidade? Quais são as exigências para uma participação efetiva da população nas decisões e no exercício do poder estatal democrático?

No Brasil e no mundo as pesquisas e publicações nas últimas décadas vem crescendo de forma exponencial quando se trata do tema: democracia. Em diversas disciplinas ou áreas do conhecimento, de múltiplas perspectivas teóricas, metodológicas, políticas e filosóficas, podemos visualizar um campo do conhecimento se consolidando e tomando espaço na agenda acadêmica, política-institucional, social, entre outros espaços. Pode-se, por exemplo, citar algumas obras que foram publicadas e que se tornaram livros muito lidos pelo mundo: “Como as Democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, “Como a Democracia chega ao fim”, de David Runciman e, “O Povo contra a Democracia”, de Yascha Mounk, são três exemplos de como essa temática tem sido valorizada pelo público especializado, e pelo dito não especializado nas áreas correlatas ao estudo da Democracia.

O Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2020), em seu novo projeto de pesquisa: *Bolsonarismo: novo fascismo*³ brasileiro, aponta que na academia, pesquisadores se lastreiam em dados para apontar o que chamam de recessão

³ Veja mais sobre a conceituação acerca do neo-fascismo no período Bolsonaro, na obra de: BOITO JR., Armando. O neofascismo no Brasil. Boletim LIERI, UFRRJ, n.1, maio 2019. Disponível em: <<http://laboratorios.ufrj.br/lieri/wpcontent/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>>.

democrática⁴ ou, em alusão à terceira onda de democratização de Huntington⁵ ou de terceira onda de autocratização⁶.

Enfim, independente da nomenclatura que se conceitue essa ideia de recuo democrático na atualidade, explicitado por autoritarismo ditatorial em alguns casos, e democracias fragilizadas em outros, nos mostra que diversos países pelo mundo, em continentes diferentes, vêm tendo suas democracias sucumbidas à autocracias, com um crescente disfuncionalidade e cada vez menor a capacidade de suas populações de enxergarem nesse modelo, o melhor possível para uma relação entre sociedades e Estados, interna e externamente entre as nações.

O LABÔ (2020) reforça por meio do The Economist Intelligence Unit⁷ e *V-Dem*⁸, quanto por pesquisas feitas por instituições como o *Pew Research Center*, que revelam que, mesmo que em teoria apoiem a democracia, as pessoas nem sempre demonstram comprometimento com seus princípios e estão mais insatisfeitas com o seu funcionamento, sendo essa insatisfação correlacionada com uma frustração com as elites políticas⁹ e com um possível descontentamento com a efetiva garantia e entrega de serviços públicos e direitos ao conjunto da sociedade.

Ou seja, problemas internos de diversos países não solucionados historicamente, ou relações conflituosas entre nações que levam a qualidade de vida ser rebaixada, levam a uma população que de forma pragmática e em alguns casos, desesperada, a negociar seus princípios democráticos fundamentais com possibilidades no campo retórico, pelo menos, para a manutenção de soberania popular nacional, por resoluções destas demandas setoriais ou temáticas mais urgentes para o seu grupo e mais palpáveis de alguma forma.

No Brasil, por exemplo, como citamos acima, a pauta da segurança pública, dos acessos aos mínimos direitos civis garantidos da população LGBTTTIA+, educação formal e questões ideológicas, pavimentaram essa banalização de parte da população perante a Democracia e o Estado Democrático de Direito, por um governo ou projeto de sociedade que prometa retirar direitos de setores não-hegemônicos. Por exemplo, trazemos uma matéria do portal “Poder 360”¹⁰, de 02 de janeiro de 2019, segundo dia de governo Bolsonaro, onde se narra a assinatura pelo presidente da República, uma

⁴ DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26, 2015, pp. 141-155

⁵ HUNTINGTON, Samuel. The third wave: Democratization in the Late Twentieth Century, *University of Oklahoma Press*, 1993

⁶ LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan. A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, 26, 7, 2019, pp. 1095-1113

⁷ Leia mais, aqui: <http://www.eiu.com/topic/democracy-index>

⁸ Leia mais, aqui: <https://www.v-dem.net/>

⁹ Leia mais, aqui: <https://www.pewresearch.org/global/2020/02/27/democratic-rights-popular-globally-but-commitment-to-them-not-always-strong/>

¹⁰ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-retira-populacao-lgbt-de-diretrizes-de-direitos-humanos/>

Medida Provisória (MP), que retira a população LGBTTTIA+ das diretrizes de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado no momento pela ministra Damares Alves.

Como podemos perceber, esse fenômeno não vem isolada no resultado de sua análise. Isso, pois, o LABÔ (2020) consegue identificar que a natureza, o atual estado da grave crise e dos desafios contemporâneos da “democracia”, especialmente a liberal, vem sendo intensificado seus estudos acadêmicos desde a década passada, e elenca em especial dois elementos internacionais, como a crise do capitalismo de 2008, a “Primavera Árabe” em 2011, a vitória do plebiscito britânico sobre o ‘Brexit’ em 2016 e, a eleição de Donald Trump para a presidência da República dos EUA também naquele ano, podemos adicionar acontecimentos no Brasil, como as ondas de manifestações de “Junho de 2013”, a abertura da ‘caixa-de-pandora’ dos questionamentos de parâmetros civilizatórios e democráticos no pós-eleitoral de 2014, o impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016, e em especial, a eleição do atual chefe do Estado brasileiro (2018), nos traz a reflexão acerca da ampliação da participação popular, tanto em atividades presencialmente como em redes sociais, demonstrou no final, uma energização de partidos e líderes políticos do campo reacionário e da extrema-direita, podendo ter inaugurado um período denominado de democracia iliberal¹¹ no Brasil nos anos 2020.

Mas, o mundo já há anos vivencia governos nacionais ultradireitistas espalhados por continentes diferentes, como o de Rodrigo Duterte nas Filipinas, de Viktor Orbán na Hungria e Andrzej Duda na Polônia, que se ombreia com a eleição de Donald Trump, em 2016. Em 2018 o Brasil sacramenta nas urnas a vitória de Jair Bolsonaro, e, em 2019 a eleição do primeiro ministro inglês, Boris Johnson, formando finalmente esse grupo de países com governos em alguns casos somente ditos iliberais e outros com tendências autocráticas¹², tendo três destes, EUA, Inglaterra e Itália, com uma tradição maior na democracia burguesa ou liberal.

3.2. Elementos constituintes da “democracia” bolsonaristas

Aprofundando no caso brasileiro, referenciamos o ano de 2018 com a eleição de um ex-militar levado a reserva do Exército por mau comportamento, passando até por tentativas de atentados terroristas com o intuito de ter os soldos acrescidos, além de chefe de um clã familiar muito suspeito

¹¹ ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, 76, 06, novembro/dezembro 1997, pp. 22-43.

¹² Saber mais em: MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

de relação política, econômica, entre outros aspectos, com a milícia do Rio de Janeiro. Certamente estamos falando de Jair Messias Bolsonaro, que já o citamos, contudo de forma superficial.

Jair Bolsonaro que entrou na vida pública no final da década de 1980, como vereador da cidade do Rio de Janeiro, sempre pautou sua atuação na Câmara de Vereadores como na Câmara de Deputados anos depois, na defesa da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)¹³, liberação irrestrita de porte e posse de armas¹⁴, pautas contrárias aos avanços civilizatórios com populações historicamente marginalizadas, como as indígenas¹⁵, LGBTTIA+’s, negros e negras¹⁶, seguidores de religiões de matrizes africanas¹⁷, entre outras. Sempre com discursos e pautas que se aproximam com o autoritarismo e o neofascismo.

Na vitória eleitoral de 2018, pode-se enumerar várias contribuições e vários construtores. Podemos iniciar com um desejo genuíno dos manifestantes por mais direitos, mais participação popular nas formulações de políticas públicas no Estado brasileiro, sendo estas, algumas das pautas que nortearam em primeiro momento as Jornadas de Junho de 2013; mas, logo depois é capturada pelas forças conservadoras que precisavam reagir aos governos centrais liderados pelo Partido dos Trabalhadores que governava desde 2003. Em 2014, com o início da Operação Lava-Jato, articulação entre Polícia Federal, Ministério Público Federal e Procuradoria-Geral da República, entre outras instituições, que levaram a prisões, perdas de mandatos e de certa forma, a criminalização da atividade política no país, o clima e o sentimento de boa parte da população brasileira, foi que seus representantes pouco ou nada se preocupam com suas demandas reais e cotidianas, que estão em espaços de poder somente para representar seus interesses particulares. Todo esse caldo de cultura que emerge na sociedade brasileira, acaba atingindo a avaliação da democracia nacional pelos brasileiros.

Com o desgaste político, dificuldades na economia e perda de apoio parlamentar no Congresso Nacional, a então presidenta Dilma Rousseff, no bojo de todos esses elementos anterior apontados, tem seu impeachment aprovado em agosto de 2016, dois meses antes das Eleições municipais daquele ano.

¹³ Ver mais em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>

¹⁴ Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821>

¹⁵ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>

¹⁶ Ver mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

¹⁷ Ver mais em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2019/12/manifesto-defende-liberdade-de-crenca-e-aponta-discriminacao-no-governo/>

Em abril de 2018 tivemos a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou preso por 580 dias o retirando da disputa eleitoral daquele ano, tendo suas penas anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, o STF, em março de 2021.

Com esses fatores históricos ocorridos a partir desses eventos narrados acima e outros elementos sociais, econômicos, religiosos e também dos campos moral e ético, podemos anexar a este conjunto de fatores uma engenharia de atuação digital que disseminou inúmeras *'fake-news'* e reforçou de forma exponencial sentimentos de anti-petismo, anti-esquerda e também, anti-política, que já circulavam no país já há alguns anos.

Toda essa *'mistura de ingredientes'* formara o novo movimento do reacionarismo autoritário¹⁸ brasileiro, que diga-se de passagem, já teve outros modelos e formatos implementados no Brasil anteriormente, de forma inserida ou não na estrutura formal do Estado brasileiro.

O LABÔ (2020) traz a luz a formação desse movimento reacionário nacional, que tinha no astrólogo e ideólogo Olavo de Carvalho e o seu *"olavismo"*, uma construção teórica para orientar as falas, ações, pensamentos e políticas públicas do atual governo federal e mandatários no Parlamento nacional. Essa ala do governista erroneamente é chamada de ideológica (pois todas elas constituem um campo ideológico amplo convergente). De um segundo prisma temos os *"guedistas"*, ou o famoso *"Posto Ipiranga"* de Bolsonaro no campo econômico, que foi no período eleitoral e é durante o governo seu avalista no mercado nacional, principalmente no setor financeiro. Com o ex-banqueiro Paulo Guedes no Ministério da Economia, temos o setor ortodoxo do (neo)liberalismo nacional ainda apostando e sustentando o atual governo com as promessas de mais reformas liberalizantes à serem entregues até dezembro de 2022.

Outro importante sustentáculo do atual governo são os militares, da reserva e da ativa, das três Forças Armadas. Esse setor traz uma certa legitimidade de uma Instituição que possui um apoio popular importante – em 2018, no ano eleitoral, o apoio popular às F.A.'s estava cravado em 58%¹⁹ -, principalmente quando se compara à outras Instituições públicas ou privadas do país. Os militares ocupam milhares²⁰ de cargos comissionados que historicamente são ocupados por civis, além de chefia de ministérios.

¹⁸ Ver mais em:

https://web.archive.org/web/20180429182913id_/http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/articloe/viewFile/30921/16381

¹⁹ Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/opiniaoforcas-armadas-e-opiniaopublica-a-nota-de-repudio-mais-importante>

²⁰ Ver mais em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>

Em todos os anos do governo Bolsonaro (2019-2022) foram deflagrando algumas crises de gestos, projetos, políticas e discursos do presidente, seus subordinados e familiares, que começaram a causar certo espanto em parte da população que acreditava que os arroubos autoritários e discriminatórios tinham ficados no período eleitoral. Pode-se citar aqui ataques à imprensa²¹; ataques as políticas públicas para a população negra, principalmente oriunda do então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo²²; estética, performance e discurso nitidamente nazista apresentada em vídeo por meio do então secretário de Cultura, Roberto Alvim²³; descobertas de mais relação entre a família Bolsonaro e a milícia²⁴ do Rio de Janeiro e, supostos crimes de corrupção também ligadas a referida família.

No início de 2020 o Brasil e o mundo começaram a se preparar para lidar com a pandemia do novo Coronavírus. É neste momento que o tratamento do presidente da República perante os órgãos técnicos de saúde e outras áreas passa para um outro patamar de tratamento e relação. O país começa a passar por um negacionismo acerca da gravidade da doença, rede de *fake-news* que minimizou esta enfermidade, fez guerra de narrativas, de publicidade de remédios que não teve sua efetividade comprovada por estudos científicos e procurou culpados fora do âmbito Federal para as centenas de milhares de mortes ocorridas pela COVID-19. Além da falta de uma relação harmônica entre os entes federados, e uma liderança da União no combate a pandemia, no apoio ao processo educacional, social e econômico de forma efetiva e eficiente.

Silva Júnior e Fargoni (2020) afirmam que o presidente se opõe à sociedade, às demonstrações científicas da realidade e causa mal-estar cotidiano na população pela aparente falta de objetividade e lógica na administração, principalmente durante a pandemia da COVID-19, que tem como drástico exemplo em três anos e seis meses de mandato, ter mais de 140 pedidos de impeachment e diversos possíveis crimes de responsabilidades. Entre eles, as práticas resultantes do modo extremamente ideológico e controverso do governo no tratamento do combate ao COVID-19 e a recusa da compra de vacinas²⁵ em tempo hábil – a negação da ciência. Com o mundo em surto por causa do mais fatal vírus do século, o presidente participou de manifestações de apoiadores provocando aglomerações

²¹ Ver mais em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2022/04/associacao-brasileira-de-imprensa-denuncia-bolsonaro-a-onu-por-perdao-a-deputado-clubes-militares-apoiam-presidente-cl2ezoj0s001t01f2cq3nix6b.html>

²² Ver mais em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/22/coalizacao-de-movimentos-negros-denuncia-sergio-camargo-a-onu-por-violacoes-de-direitos-humanos.ghtml>

²³ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/em-video-alvim-cita-goebbels-e-provoca-onda-de-repudio-nas-redes-sociais.shtml>

²⁴ Ver mais em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-24/a-ligacao-do-cla-bolsonaro-com-paramilitares-e-milicianos-se-estreitou-com-a-eleicao-de-flavio.html>

²⁵ Ver mais em: <https://www.dw.com/pt-br/ongs-denunciam-neglig%C3%Aancia-do-governo-bolsonaro-na-pandemia/a-58134119>

expondo grandes quantidades de pessoas ao contágio da doença, nega a importância do distanciamento social e do uso da máscara em locais públicos.

Tivemos também a negação no primeiro momento da necessidade de apoio do governo Federal aos trabalhadores atingidos diretamente pela crise econômica potencializada pela pandemia e pela desassistência do próprio governo as micros, pequenas e médias empresas que sem um aporte financeiro e políticas de anistia ou parcelamento de dívidas, o desemprego, o desespero e a fome se alastraria no país. Se não fosse as iniciativas tomadas nesse sentido pelo Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, a situação poderia ter sido ainda pior.

3.3. Caracterizando a Democracia e o Fascismo

Pode-se perceber durante os três anos e cinco meses de governo Bolsonaro, em que nível se encontra a crise democrática no país. Passamos por ataques²⁶ a nossa democracia quase que diariamente, e pouca ação se tem pela maioria das instituições públicas de controle e fiscalização republicana e democrática no país; pois, são ações que são classificadas como brincadeiras, discursos vazios, “fala mas não faz”, e avaliações do gênero, que vai aos poucos esgarçando²⁷ nosso tecido democrático, que com o passar do tempo tem um acúmulo de deslegitimidade no atual regime político (Baquero, 2009), que se continuar nesse nível, poderá se ter dificuldade de garantir instrumentos constitucionais de democracia liberal, além de possíveis percalços no retorno coletivo a um debate público saudável, plural e respeitoso.

LABÔ (2020) considera que em aspecto inicial a “democracia” é um termo posicional, contestável, sendo reivindicado por diversas organizações políticas, na prática democráticas ou não. Segue afirmando que tem no compromisso acadêmico uma premissa fundamental, a tomada de posição aqui indicada exige algumas explicações de natureza mais teórica. Quando se afirma que o ‘bolsonarismo’ é um movimento político que efetivamente coloca a democracia em risco, não se pretende realizar um mero exercício retórico ou articular qualquer tipo de acusação vazia, desprovida tanto de responsabilidade intelectual quanto de significado.

E assim, segue-se afirmando que a

natureza própria do conceito [democracia], é bastante difícil definir de forma taxonômica, como se fosse um simples conceito criterial. Interpretativo por excelência, o conceito convida

²⁶ <https://www.poder360.com.br/internacional/estudo-brasil-e-exemplo-de-piora-global-da-democracia/>

²⁷ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-ameaca-pilares-da-democracia-afirma-human-rights-watch/>

à elaboração de diversas concepções distintas. De nossa parte, adotamos uma concepção na linha do que dizia Thomas Mann, em *The Coming Victory of Democracy*: “É insuficiente definir o princípio democrático [simplesmente] como o princípio majoritário, traduzindo a democracia literalmente, muito literalmente, como o governo do povo”; afinal, como alertava o próprio Mann, essa é uma expressão “*de duplo significado*”. Sem princípios mínimos que informem sua própria *raison d'être*, o governo da maioria pode estar “*mais próximo da definição de fascismo*”. Essa ideia, tão bem ilustrada por Mann, é precisamente a consagração dos alertas já delineados por autores como James Madison, nos *Federalist Papers*, e Alexis de Tocqueville, no clássico *De la démocratie en Amérique* – alertas contra o que já se convencionou chamar na própria linguagem ordinária de *tiranía da maioria*. (LABÓ; 2020, np)

Como aqui estamos tratando com o conceito de “democracia” numa perspectiva liberal, não se pode avaliar o cumprimento de determinados pontos ou critérios para termos um resultado sobre a efetividade ou não dessa democracia. Na expectativa da democracia liberal, têm-se que garantir, consagrar e materializar conquistas do liberalismo político clássico, que versa sobre as noções de direitos humanos, pluralismo e tolerância, separação e coexistência harmônica dos três poderes, respeito e efetivação da Constituição e das Leis ordinárias e infraconstitucionais, conforme afirmam Montesquieu (1996), Locke (1994) e Coelho (2017).

Esse modelo reivindica a democracia representativa e indireta, (Bobbio, 2000) e para tal, se faz necessário existir e ser efetivada a intermediação por setores e órgãos públicos de cidadãos representados por seus representantes eleitos. Outros elementos que podemos aqui elencar para uma análise sobre a qualidade dessa democracia liberal, pode-se perceber pela existência efetiva dos partidos políticos²⁸, exercício livre da imprensa²⁹ e um Judiciário com sua independência aos outros poderes (Dahl, 2012).

Podemos facilmente visualizar ou lembrar de vários episódios onde o presidente, subordinados e parlamentares aliados, tentam cercear o jornalismo liberal, progressista, de esquerda ou qualquer outro que não se coloque como esteira de transmissão dos ideários e concepções do bolsonarismo³⁰. Em outros momentos percebemos discursos do presidente tentando passar a ideia de que ele é todo o poder existente no país, de que não se precisa mais de outras instituições para intermediar a relação com o eleitorado e a totalidade dos cidadãos³¹. Em mais um exemplo existente,

²⁸ VOLPI, Mauro. *Diritto Costituzionale Italiano e Comparato*. p. 358. Em livre tradução: “um componente decisivo do sistema político que é o conjunto de sujeitos que se propõe a representar interesses sociais e a conquistar ou influenciar o poder político”.

²⁹ ALMEIDA, Renata Freire Gil. *Liberdade de imprensa e poder judiciário: uma análise sobre a censura togada no Brasil*. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 99. 2017.

³⁰ Saiba mais em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-manda-reporter-calar-a-boca-e-diz-que-nao-interferiu-na-pf/>

³¹ Saiba mais aqui: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/10/poder-popular-nao-precisa-mais-de-intermediacao-diz-bolsonaro-no-discurso-da-diplomacao.ghtml>

tivemos o filho do presidente, que é Deputado Federal, o Eduardo Bolsonaro (PL/SP), afirmando que fechava o Congresso com um “cabo e um soldado”, demonstrando fazer alusão ao poder ilimitado que seu pai porventura tenha, e que tudo ele e sua família pode realizar para garantir seus interesses no exercício do poder de uma forma irrestrita³².

Stanley (2018), em sua obra “Como o fascismo funciona: as políticas do nós e eles”, aponta sobre a realidade mundial numa articulação cujo objetivo é o extermínio da concepção dos direitos humanos com o revigoramento do anti-intelectualismo³³, ao dizer que diversas são as formas de políticas (neo)fascistas e suas estratégias para consolidar narrativas de postura autoritária que têm por intuito apoderar-se do ativismo social, cultural e político de cidadãos num contexto de anomia política. Nesse contexto, o Brasil tornou-se um caso exemplar para o mundo. As práticas políticas do Bolsonarismo utilizam do anti-intelectualismo ao mesmo tempo que promovem ataques constantes às universidades e instituições educacionais e culturais. Nessa lógica, o propósito do anti-intelectualismo do Bolsonarismo é depreciar a ciência e a educação crítica para afastar qualquer refutação que ameace a execução das pautas ultranacionalistas, conservadoras, reacionárias e neoliberais na sociedade.

A ciência, a produção de conhecimento, os estudos críticos e o trabalho com pesquisa científica nessa quadra histórica representam atemorização na forma de governar desses líderes e suas agendas políticas. Há uma articulação entre o ultraliberalismo econômico com propensões misóginas, homofóbicas, xenófobas, racistas e militaristas provocando inquietações nos espaços críticos que são amortecidos pelo autoritarismo político e, sobretudo, por meio de medidas econômicas impopulares que agonizam o cotidiano elementar da sociedade civil.

Este estudo aponta que a democracia brasileira vem sendo atacada e desgastada, nesse sentido, o conceito que aqui é analisado não pode ser pesquisado de qualquer forma. O ideário democrático liberal clássico por séculos vem sendo vilipendiado em diversas partes do mundo, e cabe aos pesquisadores, utilizar-se dos melhores parâmetros teóricos, metodológicos e epistemológicos para caracterizar esse conceito.

Portanto, em um campo ainda em disputa muito ampla, sobre a existência ou não no Brasil atual de uma espécie de (neo)fascismo nacional oriunda do autoritarismo bolsonarista, que em muitos momentos é utilizado no campo retórico da arena política, mas que conceitualmente não tem as mesmas estabilidades conceituais comparada ao conceito de democracia liberal. Isto, pois, o fascismo

³² Saiba mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf-disse-filho-de-bolsonaro-em-video.shtml>

³³ Saber mais: HOFSTADTER, Richard. Anti-intelectualismo nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

ao qual comumente é referido é oriunda de um período histórico e um espaço específico, que em circunstâncias tem relação com o Brasil atual e em outros não.

Nas bibliografias das áreas de Ciência Política, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, entre outros campos de estudos, tem-se uma vasta produção científica que trata com outros conceitos o autoritarismo brasileiro atual, mas também perfila tantas outras que fazem relação simétrica entre o que representa o fascismo historicamente construído – primeira metade do século XX -, e o que vivemos nos dias atuais.

LABÔ (2020) fornece duas principais obras que reforçam essa linha de raciocínio e de construção teórico-metodológico que, caracteriza o modelo presidencial, social e cultural do bolsonarismo como regime (neo)fascista. A primeira dela vem com

as chamadas “paixões mobilizadoras” do fascismo, tal como descritas e elencadas por Robert Paxton: “o sentimento de um crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais”; “a primazia de um grupo”, assim como a crença de que tal grupo é “uma vítima”; bem como “o pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos” da modernidade, do individualismo moderno, do conflito de classes ou de “ameaça estrangeira”. (LABÔ; 2020, np)

Deste modo a obra de Robert Paxton (*apud* LABÔ, 2020) que teve sua edição publicada em 2007, pode-se enxergar o Brasil de 2022. Se pode elencar a existência da prática do discurso do fim do mundo ou do apocalipse cada vez mais próximo para seus seguidores; os sempre legitimados conhecimentos, práticas e ideias tradicionais, e tudo que se coloca para aqueles como algo que diminua a importância de tais crenças, práticas ou ideias, são imediatamente criminalizadas.

O sentimento de que se criou nesses grupos, é de que o presidente é um ser iluminado, abençoado, algo relacionado ao transcendental³⁴. Mas, ao mesmo tempo precisam existir e resistir aos ataques de membros de outros grupos, que para os primeiros, estes existem para desvirtuar um mundo e uma sociedade especial que eles estão construindo. É certo que existem elementos contidos nas ideias supremacistas ou xenofóbicas que legitimam a ideia de povos ou grupos escolhidos e outros não. Também é necessário afirmar as práticas dos seguidores de Bolsonaro, como indivíduos que lutam contra ideias, práticas, concepções, ideologias outras, como as progressistas, de esquerda, comunista, que se pretende respeitar como práticas ou grupos sociais que por muito tempo esteve no não-lugar.

³⁴ ALENCAR. Gedeon Freire de. Jair Messias Bolsonaro: o "eleito" de Deus? Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto de 2020. ISSN 1983-2850, p. 161-175.

A segunda obra que nos ajuda a entender e compreender o quão o bolsonarismo dialoga e reproduz práticas (neo)fascistas, podemos ter com a elaboração da obra “Fascistas” de Michael Mann (2008), quando este afirma que as paixões mobilizadoras têm comparecido com alarde no universo político de determinados grupos, estes demonstrando uma tendência para “construção de um Estado-nação transcendente e expurgado por meio do paramilitarismo” como tendo papel central na definição do *fascismo* – este mesmo regime que podemos caracterizar o *bolsonarismo*.

Nesse sentido, compreendemos a utilização do militarismo para expurgar o país dos ditos comunistas, esquerdistas, petistas, candomblecistas, gays, feministas, nordestinos, para a construção de um país exclusivamente com ideias, práticas e formatos ditos judaico-cristãos, uniforme no ideário político e ideológico, religioso e tradicional em seus costumes e comportamentos³⁵. É a homogeneização perfeita de uma sociedade diversa e plural como nossa, para este grupo político e social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, neste trabalho pode-se reafirmar o caráter de subordinação na política externa do Brasil em detrimento aos interesses dos EUA, enquanto o Donald Trump esteve na presidência da República, e alinhado político e ideologicamente com governos da ultradireita da Europa, América e da Ásia. Em um outro aspecto, Rezende (2019) traz a luz para agenda do governo pautada por uma associação entre neoliberalismo e autoritarismo. Ou seja, as ideias da democracia liberal sendo subjugadas pelas do neoliberalismo, e, um novo método de autoritarismo se implementa no país, sem a necessidade de tanques de guerra nas ruas, fechamentos de Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Pode-se perceber o fato do surgimento de uma nova elite política fortemente apoiada nas bancadas parlamentares denominada por jornalistas e depois por acadêmicos, de BBB (da Bala, da Bíblia e do Boi - centradas em temas relacionados aos interesses do agronegócio, religiosos cristãos fundamentalistas e da segurança pública) que não são exatamente novas, mas que saíram do plano terciário para os planos primários e/ou secundários de poder de negociação no Congresso Nacional, chegando ao poder Central e se firmando num patamar mais alto nos “níveis clericais” das duas Casas do poder legislativo federal, por assim dizer, e com fortes influências no Governo Federal.

³⁵ LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. A terra é redonda, 24/10/2019. Disponível em: www.bresserpereira.org.br Acesso em: 30 de maio de 2022.

O cenário de crise política, econômica e social do qual Bolsonaro soube projetar-se a partir de 2014, instrumentalizando sentimentos expelidos nos Jornadas de junho de 2013, investigações pela Operação Lava-Jato ao que concerne a denúncias de crimes cometidos por agentes públicos e empresários, e que com a derrota do candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) à presidência da República, Aécio Neves, uma descrença se espalhou em relação à classe política e o surgimento de novas formas de comunicação virtuais de massas no Brasil, podem ser alguns dos fatores do início da consolidação do que nos dias atuais chamamos de bolsonarismo. Parece óbvio que diversos outros fatores coadunaram para engrossar o caldo de cultura que já apresentamos em linhas acima, mas estes no campo político não podem ser desmerecidos.

Apesar de Bolsonaro ter sido democraticamente eleito, sua ascensão pode representar alguma espécie de fragilização para o regime democrático, seja porque o próprio processo eleitoral foi contaminado pela disseminação de notícias falsas (*fake news*) e pela atuação parcial de membros do Poder Judiciário referentes à Operação Lava-Jato, e nas Cortes superiores do judiciário nacional com o banimento da candidatura do então candidato e líder nas pesquisas de opinião pública, Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores), que foi revogada, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2021, seja porque a forma e o conteúdo da sua política não condizem com os fundamentos básicos de uma democracia, mesmo a liberal contemporânea.

Visualiza-se cada dia mais as instituições enfraquecidas, elites tecnocráticas, discurso salvacionista ou missiônicas, polarização sócio-política com parâmetros de acirramentos reais, desrespeito à laicidade do Estado, desprezo pelos direitos humanos e idealização dos opositores como inimigos, constitui um nada desdenhável processo político e social que pode acabar por esvaziar de conteúdo o regime liberal-democrático ainda vigente no Brasil, salienta Rezende (2019).

Em suma, consegue-se compreender com o levantamento bibliográfico da breve revisão de literatura que este autor realizou com estes temas e categorias de análises à disposição, e reflexões próprias, o fator histórico “bolsonarista” é mais uma forma de autoritarismo na estrada conturbada da política do Brasil. É também outra expressão da personalidade autoritária³⁶ (Adorno, 1995) que emerge em face da profunda crise do capitalismo (de 2008) e seus reflexos na capacidade dos Estados-

³⁶ O “caráter manipulador”, que equivale a consciência coisificada, descrito na personalidade autoritária, se distingue pela fúria organizativa, pela incapacidade total de levar a cabo experiências humanas diretas, por certo tipo de ausência de emoções, por um realismo exagerado (...) As pessoas manipuladoras são incapazes de fazer experiências e, por isso mesmo, revelam traços de incomunicabilidade, no que se identificam com certos doentes mentais ou personalidades psicóticas. (ADORNO, 1995, págs.: 129-130).

nações conseguirem responder de forma satisfatória aos reclames e as demandas de diversos setores sociais dos países, fenômeno que não foi diferente no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 119-138.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Revista Opinião Pública. Vol. 14, ed. 2. Nov. 2008.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Título original: Il futuro della democrazia. p. 56.
- DAHL, Robert. **La democracia**. Madrid: Ariel Editora. 2012.
- DIAMOND, Larry. **Facing Up to the Democratic Recession**. *Journal of Democracy*, 26, 2015, pp. 141-155.
- HUNTINGTON, Samuel. **The third wave: Democratization in the Late Twentieth Century**, *University of Oklahoma Press*, 1993.
- LABORATÓRIO DE POLÍTICA, COMPORTAMENTO E MÍDIA (LABÔ). Off Lattes: **Bolsonarismo: o novo fascismo brasileiro**, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://offlattes.com/archives/2975>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan. **A third wave of autocratization is here: what is new about it?** *Democratization*, 26, 7, 2019, pp. 1095-1113
- MANN, M. **Fascistas**. Ed. Record. 2008.
- ARTINS, RONEI XIMENES; RAMOS, ROSANA. **Metodologia de pesquisa: guia de estudos**. Lavras: UFLA, 2013, p. 8-21.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NETO, Daniel Lena Marchiori; COELHO, Fernando Nagib Marcos. (Orgs.). Liberalismo e Pensamento Conservador. In: COELHO, Fernando Nagib Marcos. **John Locke e as prerrogativas monárquicas: um problema clássico do liberalismo político**. [livro eletrônico]. - Rio Grande, RS: Editora da Furg, 2017. (Estudos em Filosofia do Direito. V.1) p. 60-78.
- REZENDE, Rafael. **O fenômeno Bolsonaro e a democracia brasileira**. Locus - Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.340-345, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 317-340.
- DOS SANTOS, César Fernandes. **Uma abordagem sobre pesquisa qualitativa**. Revista Factus de Administração e Gestão, v. 1, n. 2, p. 116, 2017.
- SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais**. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. Revista Eletrônica de Educação, v.14, 1-26, jan./dez. 2020.

SDCP
2022

III SEMINÁRIO DISCENTE DE CIÊNCIA POLÍTICA (SDCP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
CURITIBA



STANLEY, J. H. **How Fascism Works: The Politics of Us and Them**. New York: Random House, 2018.